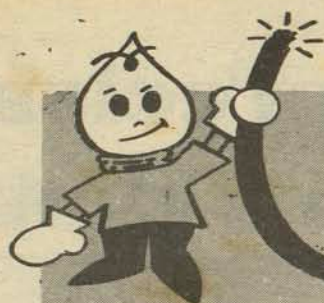




Linharviva

Nº 152 04/10/91

Assinado acordo com a Celesc

Quinta-feira, 26 de setembro, depois de serem realizadas novas assembleias para deliberar sobre mudanças na pauta, foi assinado o acordo coletivo da Celesc, bastante favorável aos empregados. Alguns itens porém ficaram de fora e serão novamente negociados nas próximas campanhas. São eles: ampliação do auxílio odontológico, auxílio estudante, áreas de risco, veículo, compensação de horas-extras, acidente em serviço, mudança de data-base, eleições na CIPA, incentivo à aposentadoria, auxílio aos aposentados, auxílio saúde e horário de digitadores. Além disso a Intersindical segue discutindo com a empresa outras questões. Hoje dia 3 de outubro, se reúnem para acertar a questão dos contratados e iniciar a revisão do antigo Plano Um.

50% do INPC do bimestre anterior (agosto-setembro) em cima da faixa salarial até três salários mínimos, pagos em outubro. A empresa queria que fosse pago só em dezembro.

A segunda questão dizia respeito aos empregados que ganham mais de 1.600 cruzeiros por mês. Na primeira forma do acordo eles teriam seus salários corrigidos. Mas as pressões do governo estadual foram muito fortes e a cláusula foi retirada. A diferença destes funcionários será paga em fevereiro e março, sem correção.



Airno Veiga Cugnier, secretário-geral do Sinergia, faz um balanço da campanha: "foi positiva do ponto de vista da crescente mobilização dos empregados e da negociação em si, que culminou com um acordo que além de recompor as perdas salariais pelo INPC desde a última data-base, nos deu uma política salarial e principalmente, mantém a garantia no emprego".

Na hora de assinar o acordo a empresa resolveu retirar duas cláusulas previamente acordadas. A primeira delas - que acabou resolvida favoravelmente aos empregados - foi da política salarial que determina o pagamento de

CELOS

Candidatos da Intercel eleitos para o Conselho

Os três candidatos indicados pela Intersindical foram eleitos para representantes dos empregados no Conselho de Curadores da Fundação Celos de Seguridade Social, realizada no último dia 30. João Paulo de Souza foi o mais votado, com 1133 votos. José Nascimento recebeu 1046 votos e Aramis Novaes 824.

A perspectiva dos novos conselheiros é trabalhar no sentido da democratização da estrutura da Celos, assegurando ampla participação dos empregados na gestão da Fundação. João Paulo acredita que o resultado da eleição consolidou e demonstrou a representatividade da Intersindical junto aos trabalhadores da Celesc. "Além disso, demonstra a preocupação da categoria em ter dentro do Conselho da Celos pessoas que tradicionalmente vêm trabalhando pelos direitos da categoria. A votação foi um referendo à história de lutas da Intersindical", diz João Paulo.

Intersul quer iniciar negociações

A Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil está tentando realizar com a maior brevidade possível uma reunião de negociação com a Eletrosul com vistas a campanha salarial deste ano. Mas até agora não há nenhuma confirmação de data. A primeira reunião com a Eletrobrás, no entanto, acontece no dia 10 de outubro.

A preocupação da Intersul é coincidente com a orientação do Comando Nacional dos Eletricistas, que definiu três prioridades nesta fase de "preparação e planejamento" da campanha. A primeira é a negociação

das questões específicas de cada empresa. A segunda é garantir que a Eletrobrás tenha um procedimento objetivo nas negociações, evitando o prolongamento desnecessário e improdutivo do processo. A outra frente de atuação é o Congresso Nacional, onde o CNE está alertando os deputados e senadores para a situação das estatais.

"Temos que dizer aos congressistas o que está acontecendo. O Collor está encontrando muita resistência para implantar seu projeto de privatizações e por isso usa o TST para se justificar

com o FMI e para encontrar ares de legalidade para demissões e outros procedimentos", comenta Delman Ferreira, membro do Comando.

A afirmação de Delman é a constatação de que sem mobilização as negociações podem não andar, bem como interessa às empresas, e mesmo em caso de decisão no TST o pique da categoria pode decidir o ritmo e o conteúdo das decisões.

A Intersul, no entanto, tem outra preocupação específica: mobilizar os empregados da Eletrosul. Por isso montou um calendário para circular

em todas as áreas da empresa para discutir a campanha e, especialmente, o papel que o TST vem desempenhando. "No ano passado nós ficamos na espera do TST e só tivemos nosso dissídio julgado em junho", lembra Mauro Passos, presidente do Sinergia. Na verdade o TST só tem apressado os julgamentos quando há muita pressão por parte dos trabalhadores, como ocorreu recentemente com os petroleiros e bancários.

As discussões nas áreas descentralizadas da Eletrosul começam esta semana com um roteiro pelo Paraná.

Operadores revoltados no RS

Trabalhar hoje nas subestações da Eletrosul em Gravataf e Farroupilha não está nada fácil. Os operadores destas subestações se viram, de repente, em meio a uma "reforma administrativa" patrocinada pelos gerentes Martins (chefe da DRRS) e Gravino (do SECOP), que "misturaram" tudo. A revolta chegou ao ponto de agora os operadores de Gravataf estarem pedindo a extinção do cargo de chefe da SE, para ver se as coisas melhoram. E fazem um alerta aos operadores de outras subestações: "não deixem que se repita o que fizeram conosco".

Tudo começou quando a empresa tirou o operador chefe da SE de Gravataf e colocou no seu lugar um técnico de manutenção, sem a mínima qualificação administrativa e operacional, desperdiçado no cargo quando poderia ser mais útil na sua área de atuação.

Numa circular a Eletrosul fez um questionário aos operadores sobre o que achavam da modificação e disse que isto era fruto de seu empenho em "modernizar procedimentos de manutenção e operação". Diz ainda que

este "procedimento tende a se ampliar à medida que resultados positivos já se fazem sentir".

Respondendo ao questionário os operadores de Gravataf disseram que o atendimento não melhorou e "tende a piorar tecnicamente, pois pequenas manutenções que hoje estão sendo feitas pelo técnico designado, com alto salário, já eram realizadas pela operação". Eles disseram não concordar com a ampliação de tarefas secundárias à operação porque haverá "comprometimento da qualidade do serviço principal do operador".

Para eles o que está acontecendo é "ineficiência e infuncionalidade do técnico designado para esta SE-GRA, que poderia estar sendo melhor aproveitado no setor de sua origem, já que não tem habilidade administrativa, tampouco técnica operacional. Não há na SE serviços técnicos de manutenção que ocupem todo seu tempo e nada justifica a permanência deste técnico na unidade como chefe, acumulando com o ex-chefe, dois dos maiores salários para fazer apenas serviços pequenos.

No dia 26 de setembro a plenária da CUT regional de Florianópolis se reuniu para debater a viabilidade da Central após o IV Concut. Ao final ficou decidido que a discussão será ampliada para as entidades filiadas, para posterior posicionamento, e que será solicitado à direção estadual a convocação de uma plenária para apreciar a questão.

A reunião foi iniciada por Glauco Marques, secretário da executiva regional, que falou da urgência do debate, por causa da extrema gravidade dos fatos do IV Concut e esclareceu que o objetivo da plenária não era aprofundar a polarização lá ocorrida, mas superá-la.

Luiz Fernando, do Sindicato dos Previdenciários, pediu a palavra para dar informes da Executiva Nacional e divulgou um documento desta executiva, feito após o Congresso, que fala da legitimidade do IV Concut e da necessidade de fortalecer a unidade interna da central. O documento foi repudiado por alguns dos presentes. Delman Ferreira, do Sinergia, taxou o documento de "desastroso, porque tenta fazer de conta que nada aconteceu".

O eletricitário Luiz César Vieira classificou o episódio do IV Concut como uma "regressão total" e entende que a questão agora é: "vamos manter uma posição dogmática, cuja ética determina que os meios não tem impor-

Dois visitantes fizeram suas intervenções na plenária. Martiniano Cavalcanti explicou que não se propôs a continuar na executiva da central por discordar das práticas políticas burguesas reproduzidas ali dentro. Para ele a situação é ruim, mas a crise vivenciada pode ser positiva no sentido de superar as profundas contradições existentes na central. Amândio Castellani, dos metalúrgicos de Joinville, apesar de julgar "lamentáveis" o congresso e o documento da executiva, disse que irá permanecer na executiva estadual, apesar das dificuldades.

No final Clemente Mannes, da executiva estadual da CUT, pediu a palavra para dizer que o fundamental é dar consequência no Plano de Ação da central. Para ele travar o debate proposto agora pode levar a um acirramento da disputa interna.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6196) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustrações: Frank Maia. Composição: Estação de Edição Eletrônica do Sinergia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Lucinda Coutinho, 149, Fpolis, SC. Fone: (048) 22-3888. Fax: (048) 23-6596. Telex: 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

"Saúde precisa de mais dinheiro e democracia"

Quase 400 pessoas de todo Estado estiveram reunidas, semana passada, por três dias, em Florianópolis, discutindo como deve ser o setor de saúde no Brasil. Elas concluíram que sem democratização e sem dinheiro, o falido sistema de saúde nacional não vai melhorar.

Estas pessoas alinhavaram diversas propostas que vão encaminhar à IX Conferência Nacional de Saúde, em Brasília. Nesta conferência toda política do setor será reorientada. Sovenir Mácio Dias, diretor de segurança e saúde do trabalho do Sinergia, que representou os eletricitários catarinenses nesta discussão, conta que uma das mais importantes propostas a ser levada a Brasília será a formação de Conselhos Estaduais de Saúde, que deliberarão sobre a política estadual de saúde.

Tudo vai passar pelo crivo do Conselho, a começar pela distribuição e gerenciamento das verbas", explica Sovenir. A proposta formulada pela conferência estadual é de formar o conselho com seis lugares para representantes sindicais, seis representantes populares, um da Igreja, dois de sindicatos patronais, cinco do governo, sete de prestadores de serviço de saúde, dois da iniciativa privada, um da UFSC e um da Associação de Serviços de Saúde de SC.



Outro ponto importante, segundo o representante do Sinergia, diz respeito aos financiamentos para a área. "Enquanto no Brasil se destina 86 dólares habitante/ano para saúde, na Argentina são aplicados 300 dólares e no Canadá mais de 1.400 dólares. A gente

propõe que os atuais 4% do orçamento da União destinados para a área sejam transformados em 8 a 10% do PIB. Nos países do Primeiro Mundo estes índices são sempre superiores a 13% do PIB".

A democratização urgente do SUS é outra exigência dos participantes da conferência estadual. Ela deverá ser feita pelos Conselhos Municipais de Saúde e principalmente pela escolha de um gerente para o sistema que tenha saído da comunidade e por ele eleito e que poderá ser substituído sempre que não exercer suas obrigações a contento. Para que o poder constituído não interfira nesta representação todos os conselhos terão que ser criados a partir de projeto-de-lei, tendo assim poder deliberativo. Para que isto aconteça os trabalhadores deverão participar do processo e isto só será conseguido com a pressão em cima do Legislativo para aprovar o projeto-de-lei proposto.

Tudo isto será levado à IX Conferência Nacional de Saúde que será realizada de 18 a 22 de novembro, em Brasília. No encontro estadual foi repudiada a tentativa do secretário estadual de saúde, João Ghizzo Filho e do ministro Alcenir Guerra de suspender a IX Conferência. Ghizzo quer que seja adiada para março de 92. "Enquanto isto todo sistema continua acéfalo, sem contar com a participação da população. É isto que eles querem que se perpetue", esclarece Sovenir.



"Santa" reprime e pune sindicalista

O Jornal de Santa Catarina voltou a divulgar entre os seus jornalistas uma carta tentando explicar os seus abusos espontâneos. Depois de ter dado uma carta de advertência para cinco jornalistas da Sucursal de Fpolis, a diretoria da empresa resolveu punir com uma suspensão de três dias o vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de SC, Roberto Ravali, por uso de duas laudas (folhas de papel) do jornal para esclarecer a redação dos abusos que o Santa vem cometendo. Ravali tem imunidade para desempenhar suas atividades dentro e fora da empresa, mas parece que o JSC não sabe disso. Pios do que isso é que a direção está tentando conseguir de dentro da própria

redação assinaturas para um abaixo assinado pelo não cumprimento do acordo coletivo da categoria.

Romaria nas dunas

Neste sábado, a partir das 14 horas, em Florianópolis, com saída da Lagoa da Chica, a Associação dos Moradores da Praia do Campeche estará realizando uma romaria com o objetivo de alertar a população sobre a ameaça de destruição das dunas daquela praia. Além do poder municipal, que está tentando alterar o zoneamento da Lagoa Pequena para permitir a construção de loteamentos na área, a especulação imobiliária já vem fazendo grandes estragos. Existem vários projetos que colocam a área como único espaço para expansão da cidade. A Romaria em Defesa das Dunas terá vários pontos de parada e encerra com um culto religioso na Lagoa Pequena.

Bancários terminam greves

Não foi nenhuma surpresa para os bancários a atitude do TST relativa à greve do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Vários dos Santos, presidente do sindicato dos bancários

Governo usa visita do Papa para fazer publicidade

O Papa estará em outubro em Santa Catarina. Todos catarinenses, de alguma forma, estão mobilizados pela visita. As expectativas são as mais diferentes. A maioria só espera ver o Papa de perto. Alguns pensam em ganhar dinheiro. E outros, como o governo estadual e os meios de comunicação, estão aproveitando a ocasião para se promover e pior, dando um tom institucional à visita.

Esta é a opinião de Ivone Perassi, coordenadora do Centro de Apoio e Promoção do Migrante (Caprom). "Uma ocasião como esta deveria ser o anúncio de uma boa nova, da afirmação de um Deus que é vida. Mas o que a gente está vendo é o poder usando a oportunidade para se projetar nacional e internacionalmente. Com o discurso de fazer uma boa recepção para o Papa, Klei-nubing e os meios de comunicação estão apenas se promovendo. Quer dizer, a visita está sendo manipulada justamente pelo poder

que corrompe, expulsa, mata. Isto é odioso, diabólico".

Ivone discorda dos gastos de dinheiro público em obras para a recepção. "Este dinheiro deveria ser usado para construir casas, pontes, estradas. O que está fazendo é se aproveitar da religiosidade das pessoas. Como Collor se aproveitou dos descamisados. Mesmo que o povo, os sem-teto, os sem-terra quisessem se fazer ouvir numa oportunidade destas seriam barrados pelo poder policial e dos meios de comunicação. Além disso a população em geral estará voltada para o ato de fé e não vai estar aberta a qualquer outra manifestação, não entenderia qualquer coisa que fugisse do ato de fé". Hoje em Florianópolis o Caprom registra a entrada de 10 famílias por semana na cidade, sem nada além da roupa do corpo. No total já são 20 mil famílias faveladas na cidade e 250 mil vivendo em condições subhumanas no Estado. "As crianças estão crescendo com a pele escamada, como um bicho, para se defender do meio ambiente. A água não penetra naquela crosta. E a gente vendo tudo isto se irrita: cadê a Igreja que denuncia, que diz que Deus é vida e amor?".

de Fpolis explica, ao julgar a greve, o TST "rasgou a Constituição e fez um julgamento escandaloso, negociando com o presidente Color a sobrevivência do Tribunal. A coisa foi tão escandalosa que, depois do julgamento, o TST chamou as partes para negociar". Para Vânia, "ficou claro que o TST não é safado para os trabalhadores. Isso já havia sido mostrado o ano passado na greve dos eletricitários e agora se repete com bancários e petroleiros".

Kleinubing não negocia

Ontem a greve dos professores estaduais completou 58 dias. Esta é a mais longa paralisação de servidores públicos na história de SC. E graças a inabilidade política do governo, pela primeira vez estão em greve funcionários dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), e ainda com possibilidade do retorno à paralisação dos funcionários da Fundação Hospital. Diante deste qua-

Empregados da Celesc sem almoço

Desde que a Abcelesc deixou de explorar o restaurante do prédio da Agência Florianópolis, no dia 17 de setembro, os empregados do prédio estão enfrentando dificuldades para fazer sua refeição, tendo que se deslocar do local de trabalho. Acontece que até agora a empresa não tomou nenhuma providência para reabrir o restaurante.

TRIBUNA Livre

Esclarecimento

Ilmo. Sr. Glauco Marques

Diretor Responsável Jornal Linha Viva

Não fossem a amizade, o respeito e a admiração pessoal e profissional, os sentimentos que regem o meu relacionamento com os colegas da Eletrosul e Celesc, certamente não estaria investindo parte do meu tempo, para emitir breves comentários acerca do quarto de página que me foi "dedicado" por esse Jornal, edição nº 150, de 19 do corrente.

Por não ser matéria assinada, fica com V. Sa. a responsabilidade pelo seu conteúdo, embora possa ser facilmente perceptível, pois apenas economistas estavam presentes à assembleia, que a mesma foi alimentada pela "repórter" Maria Margarida Dantas, minha colega de turma na UFSC.

No Boletim do Sindicato dos Economistas nº 06, de 23.09.91, fl. 04, pode-se ler: "Em assembleia geral extraordinária realizada em 12.09.91, ficou decidido: 1) não participação, como CATEGORIA DIFERENCIADA da Campanha Salarial 1991/1992 e; 2) ...". Exatamente o contrário, portanto, à afirmativa inicial do 2º parágrafo da matéria.

Todo cidadão pode e deve participar político-partidariamente da vida da Nação. Não deve, porém, fazê-lo nos momentos em que representa uma categoria profissional. Mesmo sabendo que só o SINERGIA (maioritário) é afiliado, mantenho, o que disse a respeito da vinculação da Intersindical à CUT para que esta possa manter o PT, Partido que respeito, mesmo divergindo de sua linha ideológica, mas que não deve estar presente no movimento sindical, aliás, como qualquer outro.

A irresponsabilidade pelas colocações mentirosas acerca da minha campanha de 1982, me obriga a exigir de V. Sa. a retratação pronta e integral pela mesma via, sem o que ficará sujeito aos termos da lei nº 5.250, de 09.02.67 (Lei de Imprensa), bem como o disposto no artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal.

Além disso, V. Sa. que não tem memória curta, há de se lembrar que tal calúnia foi por mim rechaçada em carta de 13.11.86, com cópia (anexa) para todos colegas da Eletrosul e, se foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União, cabe aquela corte investigar e questionar-me a respeito, fato que até hoje (nove anos depois) não ocorreu. Ademais que objetivos escusos, justificariam a reincidência da calúnia, assunto não tratado na assembleia dos economistas? E mais, se na época não fui à justiça, nada me impede que o faça agora.

Devo reconhecer que algumas de minhas afirmativas foram transcritas com precisão. Entre estas a "unificação da luta" dos eletricitários a nível nacional só foi boa para a empresa que vai lá, diz não e pronto. Para a categoria os acordos depois da unificação foram ruins". Senão, vejamos: tratam-se igualmente um leiturista da ELETRONORTE, em Manaus; um engenheiro pós-doutorado da NUCLEN - Rio de Janeiro; um dentista da CHESF, em Paulo Afonso, um operador especializado da ELETROSUL, lotado na SE-Xanxerê/SC; um pesquisador do CEPEL e aí por diante, não se observando as peculiaridades regionais e das várias categorias, as variações diferenciadas no custo de vida, o perfil da comunidade onde atua o profissional, entre outros pontos; isto é ficamos todos nivelados, e o que é pior "por baixo". Eliminaram-se as alavancagens que, por isonomia, tantas conquistas trouxeram. Retome-se a negociação por empresa e tenha a certeza, nossas oportunidades aumentarão em muito.

"Nem todos os eletricitários estão cobertos pelo acordo coletivo, só os filiados aos sindicatos que compõe a Intersindical". A minha afirmativa foi a de que "nem todos os empregados...". Se V. Sa. não sabe, consulte o Departamento Jurídico da Intersindical e vai ser informado que cada categoria profissional é representada por sua respectiva entidade, a qual, por lei, é sua única e legítima representante. Assim é que os engenheiros, economistas, advogados, motoristas, por exemplo, não estão assegurados pelo dissídio dos eletricitários, pois seus sindicatos não assinaram o acordo 90/91. As secretárias, por seu turno, firmaram acordo específico. A empresa, contudo, tem entendido o acordo firmado com a Intersindical (entidade juridicamente inexistente) a todos empregados.

Inverdade absoluta a de que o subscritor tenha dito que tivesse de recorrer "aos próprios sindicatos para se informar", embora as demais afirmativas do penúltimo parágrafo tivessem sido feitas e aqui mantidas pois esta é a minha posição. Quanto a não ter retrucado as "respostas" da "repórter" Margarida, basta que se conheça que a proposta vencedora foi aquela na qual eu votei (voto aberto) após ter feito algumas intervenções. Obviamente não a mesma proposta em que votou a "repórter", na hora da votação, economista. Estimo Sr. Diretor, nos termos dos artigos 30, inciso I e 31, inciso II, da Lei nº 5.250, de 09.02.67, ver publicado o teor integral desta carta, na mesma localização da matéria a que aqui se alude, restando que só em respeito à verdade e a aos colegas da ELETROSUL e CELESC é que me dispus a lhe dirigir estas palavras.

Miguel Ângelo Sedrez

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Estão dando a Usiminas de bandeja

Bernardo Kucinski Jornal Brasil Agora

O leilão da Usiminas faz parte de uma "grande estratégia" de privatização de 226 estatais com 60 bilhões de dólares de patrimônio. Essa idéia nasceu nos EUA quando o ciclo de expansão do pós-guerra da economia americana chegou ao limite. Privatizar nas zonas de influência americana, como América Latina e Grã-Bretanha, era como crescer para dentro. E a "grande estratégia" ganhou um discurso chamado "neoliberal", que acusa o Estado de mau gerente, perdulário, ineficaz, as estatais de corruptas. Características inerentes a todo monopólio, seja estatal ou privado, como mostram os últimos escândalos no Japão e Estados Unidos. Mas é certo que nas ditaduras, especialmente na nossa, as estatais tornaram-se centrais de poder e focos de corrupção, também protegidas pelo discurso de que cabe ao estado promover o desenvolvimento.

A "grande estratégia" logo vinculou privatização a outra manifestação da crise dos anos 70, a dívida externa dos países periféricos. As condicionalidades do Plano Brady são exatamente



Confusão e protesto no leilão que acabou não saindo

isso: oferecer descontos no principal da dívida para os países que privatizem suas estatais. Assim, a privatização acabou sendo a forma assumida pela última e clássica etapa de todo grande processo de endividamento - a etapa em que o devedor entrega seu patrimônio. Mas, surgiram obstáculos. Primeiro, o colapso dos regimes do Leste Europeu, que aderiram à proposta neo-liberal, abrindo todo um vasto campo de expansão para o capital, e retirando urgência à privatização na América Latina. Segundo o fato no Brasil as estatais servirem de canais de transferência de subsídios ao setor

privado. A Usiminas fornece aço ao setor privado abaixo das cotações internacionais. Por isso, o governo está prometendo a quem "comprar" a Usiminas que vai permitir recuperar seus preços em 40%. Mais do que o engano ou a corrupção, foi isso que levou as estatais ao endividamento. Por isso, os clientes da Usiminas não tem interesse na privatização. Os bancos credores da dívida têm algum interesse, desde que lhes seja permitido usar papéis da dívida. Para viabilizar então a entrega o governo precisa dar a empresa quase de graça. Essa é a razão do preço escandalosamente bai-

LINHA aberta

xo, e da aceitação de títulos da dívida externa que os grandes bancos compram dos pequenos pagando apenas um quarto do seu valor de face. No leilão, serão aceitos por três vezes mais, ou 75% do valor de face. Que posição, então, adotar em relação ao caso Usiminas? A favor da privatização como um princípio, para estancar a sangria dos subsídios do povo para seu setor privado. Mas não se pode aceitar a privatização como forma de pagar mais uma vez a dívida que já foi paga tantas vezes. Não se pode aceitar títulos da dívida na privatização. E nem se pode passar esse patrimônio abaixo u valor. Caso contrário, estaremos apenas dando mais um gigantesco subsídio depois de tantos anos de subsídio via preço.

Assinatura do Brasil Agora ligue (011) 220-7198

Sinergia comemorou seus 30 anos com descontração

A comemoração dos 30 anos do Sinergia se deu em grande estilo. A confraternização do dia 27 reuniu cerca de 600 pessoas que foram até a sede do sindicato para conhecer a sede nova que foi inaugurada na ocasião, tomar um chopinho e comer um pedaço do bolo, festejando uma longa trajetória de lutas e mobilizações.

A rua Lacerda Coutinho foi fechada pela PM para que os eletricitários pudessem ocupar todo espaço necessário para extravasar a alegria que se concretizou em um clima agradável e descontraído. Tudo embalado por um bandolim gostoso do grupo de chorinho que animou a festa.



É bem verdade que as lutas sindicais apareceram em várias rodas de bate-papo, mas este tipo de comemoração resgata "antes de tudo o lado leve das coisas, a afirmação de que o nosso cotidiano tem coisas

boas, apesar das porradas que lavamos muitas vezes". Pelo menos é o que acredita o presidente do sindicato aniversariante, Mauro Passos.

Na tradicional parte das homenagens, nenhum ex-presidente recebeu distinção, nenhum sindicalista em especial. Treze anos de trabalho e colaboração

dentro do Sinergia foi razão para que Terezinha Antônio, funcionária do departamento de finanças da entidade, fosse a única homenageada. Recebeu das mãos de Mauro Passos um buquê de flores e o reconhecimento de "verdadeiro patrimônio humano do sindicato".

